CENÁRIO DA ATUAÇÃO DOCENTE FRENTE ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NA CIDADE DE CORUMBÁ/MS

Lucimari Sara das Neves[1]

INTRODUÇÃO

A transmissão de conhecimento acompanha a evolução da espécie humana. Ela ocorre desde os primórdios de nossos agrupamentos, seja por gravuras em rochas e cavernas, seja pela memória oral ou pela escrita, até os dias atuais, quando dispomos de meios sofisticados de disseminar e armazenar informação, transmitindo-a de geração em geração.

Nesse contexto, segundo Libâneo (2001, p. 7), "[...] Educação compreende um conjunto dos processos, influências, estruturas e ações que intervêm no desenvolvimento humano de indivíduos e grupos na sua relação ativa com o meio natural e social, num determinado contexto de relações entre grupos e classes sociais, visando a formação do ser humano". Ao considerar o contexto histórico das relações sociais e a formação do ser humano para a vida em sociedade, surge uma indagação: em que contexto histórico a sociedade pensou a formação do homem como premissa para o trabalho? Em outras palavras, como se deu a evolução histórica da formação para o trabalho?

Segundo Manfredi (2002, p. 34), as ideias sobre trabalho foram "se construindo e reconstruindo ao longo da história das sociedades humanas, variando de acordo com os modos de organização da população e de distribuição de riqueza e poder". Não é exagerado afirmar que a transmissão do conhecimento para o trabalho acompanha o homem desde a Antiguidade, conforme Vieira e Souza Junior (2016, p. 153): "[...] quando se transferiam os saberes e técnicas profissionais pela observação, pela prática e pela repetição. De geração em geração, eram repassados os conhecimentos sobre a fabricação de utensílios e ferramentas, de instrumentos de caça e outros que possibilitassem o funcionamento das sociedades, garantindo a sobrevivência de homens e mulheres. Aprendia-se por ensaio e erro, repetindo-se os saberes acumulados pela história". Ainda segundo os autores, em citação longa:

> A educação profissional conhecida, hoje, iniciou sua consolidação em meados do final do século XVIII, a partir da Revolução Industrial ocorrida na Inglaterra, que marca a transição para novos processos de manufatura, passando da produção artesanal para a produção por máquinas. Surgiram, assim, os teares gigantes e as locomotivas a vapor ("Maria fumaça"). Era possível não só produzir com maior

[1] Mestra em Estudos Fonteiriços - Universidade Federal do Mato Grosso do Sul , 2018

> rapidez, como também transportar pessoas e mercadorias num tempo mais curto e com custos mais baixos do que anteriormente. Com as profundas alterações nas relações de produção e capital, a necessidade de difusão das técnicas, preparando gerações futuras para a continuidade dos ofícios, se tornou imperiosa (Vieira; Souza Junior, 2016, p. 153).

Essa dinâmica histórica postulou a necessidade de mão de obra capaz de servir à produção de bens de consumo e de atender às demandas do mercado, formatada com conhecimentos técnicos específicos para dominar os ofícios então existentes. Sua formação, porém, ficou a cargo "do modelo de aprendizagem dos ofícios manufatureiros que se destinava ao 'amparo' da camada menos privilegiada da sociedade brasileira. As crianças e os jovens eram encaminhados para casas onde, além da instrução primária, aprendiam ofícios de tipografia, encadernação, alfaiataria, tornearia, carpintaria, sapataria, entre outros" (MEC, 2009, p. 1).

Um dos primeiros marcos legais da educação profissional no Brasil foi o Decreto n. 787, de 11 de setembro de 1906, que, por iniciativa do governador Nilo Peçanha, criou o ensino técnico com quatro escolas profissionais — Campos, Petrópolis, Niterói e Paraíba do Sul —, sendo as três primeiras destinadas ao ensino de ofícios e a última à aprendizagem agrícola.

Ainda segundo o MEC (2009, p. 1):

> O ano de 1906 foi marcado pela consolidação do ensino técnico-industrial no Brasil pelas seguintes ações: Realização do "Congresso de Instrução" que apresentou ao Congresso Nacional um projeto de promoção do ensino prático industrial, agrícola e comercial, a ser mantido com o apoio conjunto do Governo da União e dos Estados. O projeto previa a criação de campos e oficinas escolares onde os alunos dos ginásios seriam habilitados, como aprendizes, no manuseio de instrumentos de trabalho. A Comissão de Finanças do Senado aumentou a dotação orçamentária para os Estados instituírem escolas técnicas e profissionais elementares sendo criada, na Estrada de Ferro Central do Brasil, a Escola Prática de Aprendizes das Oficinas do Engenho de Dentro, no Rio de Janeiro (MEC, 2009, p. 1).

A primeira Constituição brasileira especificamente voltada ao ensino técnico, profissional e industrial foi a de 1937, que estabeleceu, em seu artigo 129:

> O ensino pré-vocacional e profissional destinado às classes menos favorecidas é, em matéria de educação, o primeiro dever do Estado. Cumpre-lhe dar execução a esse dever, fundando institutos de ensino profissional e subsidiando os de iniciativa dos Estados, dos Municípios e dos indivíduos ou associações particulares e profissionais. É dever das indústrias e dos sindicatos econômicos criar, na esfera de sua especialidade, escolas de aprendizes, destinadas aos filhos de seus operários ou de seus associados (Brasil, 1937).

A Reforma Capanema, de 1941, foi outro marco legal relevante para o ensino profissionalizante no Brasil, pois "este conjunto de leis remodelou todo o ensino no país, e tinha como principais pontos: o ensino profissional passou a ser considerado de nível médio [...]".

Nessa mesma esteira, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB) n. 5.692, de 11 de agosto de 1971, tornou, de maneira compulsória, técnico-profissional todo currículo do segundo grau.

Já a Lei n. 9.394/1996, considerada a segunda LDB, dispõe sobre a educação profissional em capítulo separado da Educação Básica, representando mais um avanço ao superar enfoques assistencialistas e de preconceito social presentes nas primeiras legislações da área, ao afirmar a educação profissional como mecanismo de inclusão social e de democratização dos bens sociais (Brasil, 1996).

Conforme demonstrado, a evolução histórica da educação profissional no Brasil perpassa uma série de leis e reformas que tiveram como foco principal equacionar a formação de mão de obra com a necessidade crescente de produção de bens e serviços. Diante desse cenário, surge a inquietação inicial sobre como se efetivam as práticas educativas dos professores que atuam na educação profissional, frente às demandas apontadas nas legislações vigentes para essa modalidade de ensino.

Para responder a essa questão, esta pesquisa busca analisar as práticas pedagógicas dos professores da educação profissional, compreendendo sua atuação, suas possibilidades mediante as estruturas físicas oferecidas nas escolas — laboratórios, oficinas, ferramentas, entre outras —, bem como as modalidades de contratação desses profissionais, as remunerações recebidas e as qualificações exigidas, em consonância com as diretrizes legais da educação profissional.

O cenário empírico do estudo são as escolas públicas da rede estadual de ensino de Mato Grosso do Sul situadas em Corumbá/MS que oferecem a modalidade de ensino médio integrado à educação profissional.

O ensino médio, foco deste estudo, passou a ter finalidade própria, deixando de ser apenas etapa intermediária entre o ensino fundamental e o mercado de trabalho ou o ensino superior. Esse marco reforça a relevância de a educação básica voltar-se ao aperfeiçoamento pessoal, ao trabalho e à cidadania, conforme previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN/1996): “a educação profissional e tecnológica, no cumprimento dos objetivos da educação nacional, integra-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia” (Brasil, 1996).

Em panorama geral, em 2013, segundo dados do INEP/MEC, o quantitativo total de alunos matriculados nas três etapas da educação básica, na educação de jovens e adultos, na educação especial e na educação profissional era de 2.886 alunos em escolas da rede federal

de ensino; 258.111 em escolas da rede estadual; 323.795 em escolas da rede municipal; e 88.325 nas escolas privadas (INEP, 2013).

Dados do INEP/MEC (2021) mostram que, em Mato Grosso do Sul, o ensino médio não integrado à educação profissional apresentou aumento de 5,5% no número de matrículas entre 2016 e 2020, e o ensino médio integrado à educação profissional, aumento de 85,4% no mesmo período. Percebe-se, pelos dados, procura crescente por essa modalidade de ensino.

Esse aumento da demanda de alunos matriculados no ensino médio integrado à educação profissional, somado às recentes reformulações das políticas educacionais, justifica um estudo aprofundado de como se dão as práticas educativas no âmbito dessa modalidade.

OBJETIVO GERAL

Realizar estudo visando compreender como se efetiva o trabalho do professor da educação profissional no ensino médio integrado nas escolas da rede estadual de educação do município de Corumbá/MS, frente às políticas públicas para a educação profissional.

Objetivos específicos

• Analisar as práticas pedagógicas dos professores da educação profissional.

• Compreender a atuação profissional e suas possibilidades diante das estruturas físicas oferecidas nas escolas — laboratórios, oficinas, ferramentas etc.

• Verificar as formas de contratação dos profissionais que ministram aulas de educação profissional no município de Corumbá/MS.

• Analisar as condições de oferta da modalidade educação profissional na rede estadual de ensino, relacionando-as com as características econômicas do município de Corumbá/MS.

• Estabelecer relações entre a valorização dos profissionais da educação profissional e a de outras categorias da rede estadual de ensino.

REFERENCIAL TEÓRICO

Segundo Ferreti (2010), o ensino profissional é tema de debate recente no Brasil. Desde sua criação no país, os professores têm sido recrutados entre especialistas das áreas relacionadas às disciplinas ensinadas, com base em seu conhecimento técnico e/ou desempenho. Muitas vezes não possuem formação docente que sustente seu trabalho, o que os leva a adotar métodos práticos em sala de aula, oficina e laboratório, além de conhecimentos adquiridos pela experiência (Ferreti, 2010, p. 3).

De acordo com Nóvoa (2017), a formação continuada integrada ao exercício profissional oportuniza uma dinâmica de reflexão, partilha e inovação, durante a qual o professor se forma em colaboração com os colegas. Trata-se de um processo coletivo em que

as práticas cotidianas são problematizadas nos diálogos e reflexões para, a partir de uma análise reflexiva, possibilitar uma visão mais crítica sobre elas e permitir repensá-las.

Assim, práticas pedagógicas inovadoras devem integrar o trabalho do professor que ensina estudantes da educação profissional. Conforme Veiga (1992, p. 16), a prática pedagógica é "[...] uma prática social orientada por objetivos, finalidades e conhecimentos, e inserida no contexto da prática social". Em consonância com a autora, Franco (2012, p. 154) destaca que se trata de "[...] práticas que se organizam intencionalmente para atender a determinadas expectativas educacionais solicitadas/requeridas por dada comunidade social".

METODOLOGIA

O ponto de partida de toda pesquisa de fundamento acadêmico é a busca na literatura sobre os conceitos a serem apreendidos, visando à lógica que permeará a busca pelas respostas pretendidas. Por isso, será realizada análise bibliográfica sobre os conceitos de educação e de educação profissional, bem como a definição do local objeto da pesquisa — o município de Corumbá/MS —, tratando de suas vocações econômicas e de sua capacidade instalada de empregos.

Em seguida, será realizada busca de documentos oficiais que tratem da atuação do Estado de Mato Grosso do Sul sobre a educação profissional. Com a análise dessa documentação, será possível estabelecer um panorama de ofertas e demandas da categoria e posicionar Corumbá nesse contexto.

Na etapa seguinte, junto aos atores envolvidos, será elaborado questionário fechado sobre o objeto da pesquisa, com ênfase nos dados referentes à forma de escolha dos profissionais que compõem o corpo docente da categoria. Esse questionário será aplicado de forma fechada e por escrito, de modo a gerar materialidade dos dados, que servirão tanto para a elaboração de questionário semiestruturado, com gravação de voz por aplicativo de celular junto aos profissionais da categoria, quanto para o confronto e a análise dos materiais coletados em consonância com a literatura existente. Tais subsídios fundamentarão o texto final e as conclusões sobre o objeto delimitado.

O projeto visará esclarecer o momento da educação profissional no município de Corumbá e sua efetividade, dentro dos critérios de contratação de seus profissionais docentes, para o cumprimento dos objetivos da rede pública na formação de profissionais mais qualificados ao atendimento das demandas do mercado de trabalho regional.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com base nos objetivos traçados e na metodologia proposta, espera-se conhecer a realidade da educação profissional no contexto do ensino médio integrado em Corumbá/MS.

Outro resultado almejado é delinear, de forma sistematizada, como ocorrem as práticas educativas, a formação dos professores e os demais aspectos envolvidos no processo, bem como compreender de que forma se dão frente às legislações afetas à educação profissional, especialmente à Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

A discussão dos achados será orientada pela confrontação entre as condições concretas de oferta da modalidade — estrutura física, formas de contratação e valorização docente — e o que estabelecem as diretrizes legais da educação profissional, de modo a identificar aproximações e distanciamentos entre a norma e a prática pedagógica efetivamente desenvolvida nas escolas da rede estadual de Corumbá/MS.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O percurso histórico apresentado evidencia que a educação profissional no Brasil constituiu-se associada à formação de mão de obra e passou por sucessivas reformas legais até sua configuração atual como modalidade integrada à Educação Básica. Esse movimento, no entanto, não garantiu condições equivalentes de trabalho e de valorização aos professores que nela atuam.

Diante disso, o estudo se propõe a evidenciar como as práticas pedagógicas dos professores da educação profissional se efetivam no ensino médio integrado da rede estadual de Corumbá/MS, considerando as estruturas físicas disponíveis, as formas de contratação dos profissionais e as condições de oferta da modalidade em relação às características econômicas do município.

Espera-se que os resultados contribuam para a compreensão das demandas específicas dessa modalidade e para o debate sobre a valorização dos profissionais envolvidos, na perspectiva de que novas pesquisas aprofundem outras dimensões do trabalho docente na educação profissional e subsidiem a formulação e a avaliação de políticas públicas educacionais voltadas a essa área.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 10 de novembro de 1937. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 10 nov. 1937. Republicada em 11, 18 e 19 de novembro de 1937.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Senado, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria n. 971, de 9 de outubro de 2009. Institui, no âmbito do Ministério da Educação, o Programa Ensino Médio Inovador, com vistas a apoiar e fortalecer o desenvolvimento de propostas curriculares inovadoras nas escolas do ensino médio não profissional. Brasília, DF, 2009.

FERRETI, C. J. Educação profissional. In: OLIVEIRA, D. A.; DUARTE, A. M. C.; VIEIRA, L. M. F. Dicionário: trabalho, profissão e condição docente. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. CD-ROM.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Resumo técnico: Censo da Educação Básica Estadual 2020 [recurso eletrônico]. Brasília, DF: Inep, 2021.

LIBÂNEO, José Carlos. Pedagogia e pedagogos: inquietações e buscas. Educar, Curitiba, n. 17, p. 153-176, 2001.

MANFREDI, Silvia Maria. Educação profissional no Brasil. São Paulo: Cortez, 2002.

NÓVOA, António. Professores: imagens do futuro presente. Lisboa: Educa, 2009.

NÓVOA, António. Firmar a posição como professor, afirmar a profissão docente. Cadernos de Pesquisa, v. 47, n. 166, p. 1106-1133, out./dez. 2017.

SILVA, M. R.; SCHEIBE, L. Reforma do ensino médio: pragmatismo e lógica mercantil. Revista Retratos da Escola, Brasília, v. 11, n. 20, p. 19-31, 2017.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. A prática pedagógica do professor de didática. 2. ed. Campinas: Papirus, 1992.

VIEIRA, A. M. D. P.; SOUZA JUNIOR, A. A educação profissional no Brasil. Revista Interacções, Santarém, n. 40, p. 152-169, 2016. Disponível em: https://doi.org/10.25755/int.10691. Acesso em: 10 jan. 2025.